

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU**

BIÊNIO 2017-2019

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove, no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura de Santos, sito à Rua Pedro II, 25, Centro, Santos, realizou-se a 17ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), biênio 2017-2019. Estavam presentes os membros e convidados relacionados na lista de presença anexa. Justificaram a ausência: Glaucus Renzo Farinello, da Segov; Odair Gonzalez e Marcelo Vallejo Fachada, da Setur; Ângela Pasetti Higa, da Prodesan; Márcio Aurélio de Almeida Quedinho, da Agem; Lenimar Rios, do Concidadania; Clarissa Duarte e Andreia Gomes, representantes do ISESC; André Neiva, representante do Sindisan e Cyro Raphael Monteiro da Silva, do Seesp. Dando sequência à ordem do dia, a Sra. Eliana Mattar, Chefe de Departamento da Sedurb, iniciou a reunião, considerando que o Sr. Presidente Júlio Eduardo iria atrasar por compromisso de trabalho, e a ausência do Sr. Rogerio Mathias Conde, Secretário Executivo do CMDU. Na sequência, foi consultada a plenária acerca da aprovação da ata da 16ª reunião ordinária, previamente enviada por e-mail. Como não houve nenhuma manifestação, foi dispensada a leitura da referida ata, sendo aprovada por unanimidade. A senhora Eliana solicitou a inclusão de mais um item à pauta original: 2) Relato sobre o andamento do Projeto “Nova Entrada de Santos”, pelo Arquiteto Wagner Ramos, sugestão feita pelo Conselheiro Sr. Martinho Leonardo, sendo sequencialmente reenumerados os outros itens da pauta. Ato contínuo passou a palavra ao Arquiteto Wagner, que iniciou explanação de todas as etapas do projeto através de slides, cuja cópia anexamos a esta. A conselheira Monica, representante da Unisantos, perguntou sobre a remoção de parte da população da Vila Alemoa e o que acontece com o restante da população. O senhor Wagner respondeu que após diversas reuniões/discussões sobre o Bairro, alguns moradores pleitearam que não houvesse remoção, com manutenção de edificações, sendo que no Governo Papa já se previa reurbanização total. E que mesmo com o incêndio da Ultracargo, com a comunidade percebendo a periculosidade do local, foi solicitado por parte desta, que possui residências de melhor qualidade, a permanência no local. Continuou explicando que os moradores de submoradia querem a remoção, mas não têm condições de arcar com os custos de uma unidade habitacional, sendo assim ainda há necessidade de estudos mais aprofundados. Declarou que existe proposta de aquisição da área ocupada por empresas das redondezas, mas que ainda há alguma resistência da população em deixar o local. Porém, ao final da explanação, o arquiteto emitiu opinião particular pela remoção total. A senhora Eliana complementou afirmando que a Sedurb mantém reuniões da Comissão de Urbanização e Legalização das ZEIS – COMULs com ações para futuras definições. A senhora Thais, do instituto Elos, perguntou sobre o teleférico, se a inviabilização foi por questão financeira ou

problemas com Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, pedindo que se esclareça a mudança do projeto e o real impacto na mobilidade para acesso aos morros. Perguntou também sobre o projeto e calendário da Ume Azevedo Jr e da creche, citadas no pacote de medidas da Ecovias. O Arquiteto Wagner afirmou que a ANAC não tem nada a ver com a inviabilização do projeto do teleférico, que a questão foi realmente financeira, pois não havia viabilidade após o orçamento total do projeto, incluindo desapropriações. A senhora Thais opinou que é questão de prioridade, pois o projeto da Ponta da Praia tem valor equivalente, sendo que o teleférico ajudaria inúmeras pessoas. O Arquiteto Wagner primeiramente lembrou que em 2015 não existia projeto para a Ponta da Praia, depois explicou que foi devidamente justificado a inviabilidade do projeto do Teleférico ao Gaema/Ministério Público e ao Ministério das Cidades. Posteriormente, através de uma Instrução Normativa (06), foi permitido à Prefeitura Municipal de Santos, justificadamente, que execute o corredor em detrimento do teleférico. A senhora Thais perguntou em seguida quanto minimizou para o morador a mobilidade, qual o prazo de implantação e a integração com sistema de vans. O Arquiteto Wagner explicou que, no caso do teleférico, o deslocamento seria para o topo do morro, o que não cobriria o total dos deslocamentos. A implantação dos corredores de ônibus é a solução que atende melhor o adensamento populacional. Quanto a implantação respondeu que estão em licitação, mas que ainda há pendências a serem resolvidas. Complementou ainda que o projeto contempla alargamento de pistas para atender através de vans o percurso ao topo de morro, de difícil acesso, em contrapartida a não instalação do teleférico. Já com relação a UME, esclareceu que o valor inicial do TAM1 – Termo Aditivo Modificativo não era suficiente, foi pleiteado aumento de recursos através do TAM2, ainda a ser assinado, e que o projeto é semelhante a UME da Waldemar Leão. A senhora Thais retrucou que o montante não foi esclarecido. O Arquiteto Wagner respondeu que não possui o valor, mas que pode ser buscado com os órgãos competentes. O senhor Martinho declarou estar orgulhoso de fazer parte do CMDU/PMS, elogiou a explanação do Arquiteto Wagner e finalizou perguntando o prazo total da obra. O Arquiteto Wagner lembrou da necessidade da assinatura do TAM2, citou novamente as fases, destacando que parte da obra é do Município, parte do Estado, respondendo ao final que a previsão é para 2021. O senhor Martinho demonstrou preocupação na continuidade ao projeto, considerando mudança de governo, e destacou a responsabilidade do CMDU e do próximo governo para sequência à obra. Falou sobre a necessidade de, durante as campanhas, solicitar comprometimento dos candidatos com o projeto. Em seguida perguntou se a nova diretoria da Codesp conhece o projeto e por que não fazem sua parte. O Arquiteto Wagner respondeu que é por não haver recurso federal para investimentos. O senhor Martinho também pleiteou recursos para habitação. A senhora Thais lembrou o senhor Presidente que em reunião ocorrida no CMDU o Arquiteto Glaucus afirmou que o projeto do teleférico não foi concluído por problemas com Anac, pedindo verificação das informações públicas que são dadas, uma vez que hoje tivemos outra explicação para a questão. Solicitou também que a Sedurb apresente em próximas reuniões informações (dados históricos) sobre regularização fundiária. A senhora Monica ratificou a solicitação. Dando sequência a reunião o

senhor Presidente passou ao terceiro item da pauta: Relatos sobre o andamento referente ao projeto da Lei do Alegria Centro; citando o relatório que será apresentado pela Comissão Especial de Legislação. Afirmou que a minuta já foi apresentada ao Condepasa, e o assunto será finalizado na próxima reunião daquele conselho. Em seguida passou a palavra ao Arquiteto Ricardo que iniciou apresentação através de slides, cuja cópia anexamos a esta. Ao final da apresentação a Engenheira Eliana comentou sobre as reuniões da Comissão Especial, bem como de reunião extraordinária do CMDU pré-agendada para o próximo dia 04/09. O senhor Júlio Eduardo lembrou da cronologia a ser seguida: elaboração de minuta final, apresentação no CMDU e Condepasa e reunião devolutiva. Comentou sobre o constante incentivo à habitação no centro, tanto na Lei do Alegria quanto na LUOS - Lei do Uso e Ocupação do Solo, através da TDC – Transferência do Direito de Construir. Informando, ao final, que a apresentação também será disponibilizada a todos. O senhor Lucas Muniz, representante do Sinduscon, sugeriu que as apresentações sejam disponibilizadas no momento da convocação, para que os questionamentos sejam mais objetivos. A senhora Thais elogiou a apresentação, e sugeriu utilizar o modelo de tabela comparativa apresentada durante o Plano Diretor, pois fica mais claro o que está sendo alterado. O Presidente respondeu que podem fazer arquivo comparativo, entre a minuta inicialmente apresentada e como está agora. O senhor Anísio, representante da Cohab, perguntou como será orientado o embutimento de cabeamento. O Arquiteto Ricardo respondeu que junto com a minuta de projeto de lei do Alegria Centro está sendo elaborado decreto regulamentador que norteará a prioridade de embutimento, conforme projetos desenvolvidos na área de abrangência do programa. A senhora Monica ressaltou que essa questão foi abordada na reunião da Comissão Especial de Legislação, inclusive com sugestão para que as diretrizes dos decretos regulamentadores passem pelo CMDU. Na sequência parabenizou a apresentação do senhor Ricardo, considerando-a bem completa, e solicitou a disponibilização da mesma. Ato contínuo o senhor Presidente passou ao quarto item da pauta: Assembleia Pública para eleição das entidades que constituirão o Conselho do CMDU - biênio 2019/2021; passando a palavra para os Advogados da Secretaria, Dra. Cibele e Dr. Ricardo Mourão. O doutor Ricardo iniciou lembrando que desde 2016 são realizadas eleições pelos próprios segmentos inscritos, sendo 21 cadeiras. Citou que a reunião tem que ocorrer até 30/09, portanto as inscrições abrem em 03 de setembro ocorrendo até o dia 11 de setembro, e todas as orientações foram publicadas, conforme diário oficial na data de hoje. Elencou ainda os principais documentos a serem apresentados no ato da inscrição. A senhora Thais perguntou quem vota, o CMDU ou os inscritos. O doutor Ricardo respondeu que são os inscritos, por segmento. A doutora Cibele solicitou que acompanhem o DO da PMS. O Presidente Júlio afirmou que também irão enviar o informe da Assembleia para o e-mail do CMDU. O doutor Ricardo destacou que também foi disponibilizado link no site da PMS com informações da Assembleia. A senhora Monica perguntou se existe limite para recondução. O doutor Ricardo respondeu que acredita que somente para o poder público, mas irá confirmar. A doutora Cibele esclareceu que terão 5 dias para indicação de representantes, após a eleição. O senhor Júlio Eduardo enfatizou que o

processo começa do zero, portanto todos precisam se recadastrar. Finalizando o senhor Presidente passou para o item Assuntos gerais. A arquiteta Renata, da Sedurb, pediu a palavra para informar sobre a 2ª Oficina de Capacitação sobre Uso do Solo, que ocorrerá no dia 17/09 as 18:30hs no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura. Esclareceu que esta oficina é voltada para comerciantes, mas que todos podem participar, inclusive construtores. A senhora Thais propôs que seja apresentado o Previsto x Realizado referente o biênio que está findando, inclusive com as pendências para o próximo biênio. O senhor Júlio Eduardo adiantou que a Lei de ZEIS e a Luos da área continental serão pautas para o próximo biênio. Não havendo nenhuma outra manifestação, o Presidente do CMDU, Sr. Secretário Júlio Eduardo dos Santos agradeceu a presença de todos e, como nada mais havia a ser tratado, às onze horas e cinquenta minutos, deu os trabalhos por encerrados. Eu, Andreia Orlandini Nunes _____ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será ao final subscrita pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Júlio Eduardo dos Santos _____ Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.